



COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO FINANCEIRA E CONTROLE

REQUERIMENTO Nº , DE 2023

(Do Sr. EVAIR VIEIRA DE MELO)

Solicita que seja convocado o Excelentíssimo Ministro de Estado de Minas e Energia, Alexandre Silveira, para prestar esclarecimentos acerca da decisão do Lula que permite à empresa de Joesley adquirir energia da Venezuela, bem como as implicações dessa medida para o custo da energia no Brasil.

Senhor **Presidente**,

Requer, nos termos do artigo 219 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, e do artigo 50 da Constituição Federal, que seja convocado o Excelentíssimo Ministro de Estado de Minas e Energia, Alexandre Silveira, para prestar esclarecimentos acerca da decisão do Lula que permite à empresa de Joesley adquirir energia da Venezuela, bem como as implicações dessa medida para o custo da energia no Brasil.

JUSTIFICAÇÃO

Este requerimento tenciona o comparecimento do Ministro de Estado de Minas e Energia, Alexandre Silveira, para prestar esclarecimentos acerca da decisão do Lula que permite à empresa de Joesley adquirir energia da





Venezuela, bem como as implicações dessa medida para o custo da energia no Brasil.

Isto porque, conforme noticiado¹, quem vai importar a energia elétrica da Venezuela para reforçar o abastecimento de Roraima é a comercializadora da Âmbra, braço de energia da J&F Investimentos, dos empresários Joesley e Wesley Batista, que também controla a JBS, maior empresa de carnes do mundo. A Âmbra sugeriu, e o governo de Luiz Inácio Lula da Silva (PT) aceitou, que o consumidor pague de R\$ 900 a R\$ 1.080 pelo MWh (megawatt-hora), a depender do montante importado. Os preços são bem superiores aos cobrados pela Venezuela de 2001 até 2019, quando o governo Jair Bolsonaro (PL) suspendeu o fornecimento faltando dois anos para o encerramento do contrato. Os valores anteriores foram acertados entre os governos dos dois países para um prazo de 20 anos e em dólar. Nos dez primeiros anos de fornecimento, o MWh foi fixado em US\$ 26, o equivalente a R\$ 127 pelo câmbio atual. Para os dez anos seguintes, foi aplicado o valor de US\$ 28, R\$ 137. O fornecedor para a importação brasileira não mudou. Era e será a hidrelétrica Simón Bolívar, mais conhecida como Guri.

Além da preocupação com o preço, especialistas do setor de energia apontam a falta de detalhes sobre um aspecto crucial: a segurança do fornecimento. Eles argumentam que, embora o presidente Lula e outros representantes do governo aleguem que a suspensão do contrato com a Venezuela tenha sido por razões ideológicas, os fatores técnicos foram determinantes. Roraima, por exemplo, enfrentava frequentes quedas de energia, chegando a registrar dez interrupções em um único dia. O corte definitivo com a Venezuela ocorreu após um grande apagão no país, que também afetou Roraima. Este incidente foi atribuído à falta de manutenção na linha de transmissão venezuelana, embora o governo de Maduro tenha alegado sabotagem.

¹ <https://jornaldebrasil.com.br/noticias/economia/lula-libera-empresa-de-joesley-a-comprar-energia-da-venezuela-e-brasil-pagara-mais-carro/>





A Folha de S.Paulo descobriu que técnicos em Roraima têm uma preocupação adicional. Eles questionam a racionalidade de retomar a importação de energia neste momento, considerando a ameaça de Maduro de anexar Essequibo, uma região que corresponde a 70% do território da Guiana. Roraima, que faz fronteira com ambos os países, poderia ter suas linhas de transmissão comprometidas em eventuais conflitos territoriais.

Foi com foco na segurança que o Comitê de Monitoramento do Setor Elétrico (CMSE) definiu que a importação deve ocorrer de novembro de 2023 a janeiro de 2024. Determinou também que os parâmetros de fornecimento e segurança devem ser avaliados pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) e pelo Operador Nacional do Sistema (ONS).

A Âmbar e o Ministério de Minas e Energia (MME) não esclareceram a diferença de preço, mas defenderam, em notas enviadas à Folha, os benefícios da importação de energia da Venezuela. A Âmbar destacou que estruturou uma operação comercial para tornar a operação viável, apresentando-a como uma nova alternativa para reduzir a conta de luz dos brasileiros e para a descarbonização da matriz energética.

“A energia está sendo ofertada pela Âmbar a um custo médio 50% inferior ao preço atualmente pago pelos consumidores para abastecer o estado de Roraima. Além disso, 100% desta oferta da Âmbar vem de fonte renovável, substituindo energia de fontes fósseis e contribuindo para a redução das emissões de gases do efeito estufa pela matriz energética brasileira”, afirmou o texto.

A empresa enfatizou que a linha de transmissão recebeu investimentos significativos em reformas e modernização do lado venezuelano, garantindo o retorno da operação dentro dos parâmetros técnicos exigidos pelo Operador Nacional do Sistema (ONS). Por sua parte, o Ministério de Minas e Energia (MME) declarou que está em conformidade com o Decreto nº 11.629/2023, assinado pelo presidente Lula em Parintins (AM).





Ademais, o ministério está avaliando a economia gerada pela importação de energia, considerando os custos operacionais do sistema elétrico de Roraima. *“Vale ressaltar que o MME atua sempre visando a maior modicidade tarifária, conjugada com segurança energética”*, destacou a pasta.

A nota também enfatizou a necessidade de garantir a segurança operacional do sistema elétrico de Roraima. Isso pode exigir investimentos por parte do agente importador na manutenção da linha de transmissão em território venezuelano. O Operador Nacional do Sistema (ONS), em sua própria nota, declarou que, com base em seus estudos, o Comitê de Monitoramento do Setor Elétrico (CMSE) decidiu que a operação de importação precisa ser conduzida seguindo critérios que previnam cortes de carga em Roraima, no caso de uma eventual perda da interligação entre Brasil e Venezuela.

Nesse contexto, o volume de energia a ser importado dependerá do comportamento da demanda e das características do parque gerador disponível. Vale destacar ainda que o ONS não tem a atribuição de fiscalizar instalações do Sistema Interligado Nacional, tampouco daquelas localizadas em território estrangeiro.

Nesse sentido, apresentamos o presente requerimento com a finalidade de esclarecer a decisão do Lula que permite à empresa de Joesley adquirir energia da Venezuela, bem como as implicações dessa medida para o custo da energia no Brasil.

Sala da Comissão, em de de 2023.

Deputado EVAIR VIEIRA DE MELO

